

BATISMO CRISTÃO

Evolução litúrgica e transformações hermenêuticas

Jean-Luc¹

Resumo: Este artigo analisa a evolução histórica e hermenêutica do batismo cristão, desde as práticas de purificação do judaísmo do Segundo Templo e das religiões mediterrâneas até as interpretações contemporâneas nas tradições católica, reformada, batista e pentecostal. A pesquisa investiga como as transformações do batismo refletem mudanças na compreensão da graça, da fé, da comunidade e da salvação ao longo da história do cristianismo. Utiliza-se metodologia histórico-teológica e hermenêutica comparativa, baseada em fontes bíblicas, patrísticas, medievais e modernas. Sustenta-se que as mudanças do rito não decorreram apenas de adaptações litúrgicas, mas de deslocamentos hermenêuticos relacionados à mediação da graça, à autoridade eclesial e à experiência religiosa. Conclui-se que a diversidade contemporânea das práticas batismais expressa a pluralidade histórica das interpretações cristãs sobre a relação entre água, fé, Igreja e salvação.

Palavras-chave: Batismo; liturgia; história do cristianismo; ecumenismo; pentecostalismo.

Abstract: This article analyzes the historical and hermeneutical development of Christian baptism, from the purification practices of Second Temple Judaism and Mediterranean religions to contemporary interpretations within Catholic, Reformed, Baptist, and Pentecostal traditions. The study investigates how transformations in baptism reflect broader changes in the understanding of grace, faith, community, and salvation throughout Christian history. A historical-theological and comparative hermeneutical methodology is employed, based on biblical, patristic, medieval, and modern sources. The article argues that changes in the baptismal rite resulted not only from liturgical adaptations, but also from hermeneutical shifts related to the mediation of grace, ecclesiastical authority, and religious experience. It concludes that the contemporary diversity of baptismal practices expresses the historical plurality of Christian interpretations concerning the relationship between water, faith, Church, and salvation.

Keywords: Baptism; liturgy; history of christianity; ecumenism; pentecostalism.

¹ Médico pela FCM-Unicamp. Pastor Batista. Ex-coordenador Acadêmico do Seminário Teológico Paulistano. Mestre em Teologia pela PUC-SP. Doutorando em Teologia pela PUC-SP. GRUPO DE PESQUISA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO ANTIGO TESTAMENTO (TIAT). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq. Identificação: 95322/4482222. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88887.676352/2022-00. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3005-5849>. E-mail: jeanfobe@yahoo.com.

1 INTRODUÇÃO

O batismo não é uma inovação do Novo Testamento, inscreve-se em uma longa tradição de ritos aquáticos de purificação, iniciação e passagem presentes no judaísmo do Segundo Templo e em outras culturas do Mediterrâneo antigo (Ferguson, 2009, p. 63–67). Como rito de passagem, o batismo marca a transição do candidato de um estado (profano, impuro, não iniciado) para outro (sagrado, puro, membro da comunidade de fé); como purificação, evoca a remissão de pecados e a limpeza interior; como iniciação religiosa, insere o indivíduo no corpo eclesial e na aliança com Deus (Kavanagh, 1978, p. 28–31).

A compreensão do rito do batismo não pode ser dissociada das práticas judaicas de submersão ritual — o *mikveh* — bem como das abluções diárias documentadas nos manuscritos do Mar Morto e das prescrições levíticas de purificação (Vermes, 2004, p. 112–115). Essa continuidade é considerada uma reconfiguração teológica promovida por João Batista, por Jesus e pela Igreja primitiva, que atribui um significado escatológico, cristológico e eclesial (Dunn, 2006, p. 354–358).

O presente artigo percorre o arco histórico que vai das abluções do judaísmo antigo, passando pela figura de João Batista, pela Igreja primitiva, pela Idade Média, até alcançar as diversas configurações do batismo nos grupos cristãos contemporâneos – com especial atenção ao modo como a Reforma Protestante, os movimentos restauracionistas e o pentecostalismo, que redefiniram o rito, seus sujeitos e sua eficácia (Jeremias, 1963, p. 45–50; Macchia, 2006, p. 21–25).

A questão central que orienta a análise pode ser formulada nos seguintes termos: como a evolução histórica do batismo reflete transformações mais amplas na compreensão da fé, da comunidade e da salvação, e quais os desafios que essa diversidade impõe ao diálogo inter-religioso, ao ecumenismo e à relevância simbólica do rito na atualidade?

Para respondê-la, faz-se necessário distinguir três grandes formas litúrgicas – imersão (total submersão), afusão (derramamento sobre a cabeça) e aspersão (borrifo) – e as matrizes teológicas que lhes dão sustentação: a sacramental-regenerativa (predominante no catolicismo, ortodoxia e luteranismo), a pactual-reformada (presente nas igrejas reformadas e presbiterianas), a confessionalista (defendida por batistas, anabatistas e igrejas evangélicas livres) e a emergente matriz pentecostal, que subordina o batismo nas águas ao batismo no

Espírito Santo, como experiência subsequente e distinta (Macchia, 2006, p. 89–92; Grudem, 1999, p. 949–954).

A pesquisa adota metodologia histórico-teológica e hermenêutica comparativa, utilizando análise bibliográfica e documental de fontes patrísticas, medievais, reformadas e contemporâneas, fundamentada em três pilares: (a) análise de fontes primárias (literatura judaica do Segundo Templo, Novo Testamento, escritos patrísticos, documentos litúrgicos medievais, confissões de fé da Reforma e tratados contemporâneos); (b) revisão da bibliografia secundária especializada, com preferência por obras que combinam erudição histórica e sensibilidade hermenêutica; (c) uma estratégia de comparação controlada entre as matrizes teológicas, levando em conta seus respectivos contextos históricos de emergência, suas justificativas escriturísticas e suas implicações pastorais (Ferguson, 2009, p. 23–27; Kavanagh, 1978, p. 15–19).

A exposição desenvolve-se em quatro capítulos. O primeiro examina as raízes judaicas do batismo (o *mikveh*, as purificações levíticas, as abluções essênicas) e o batismo de João Batista como fenômeno de ruptura e continuidade, destacando seu caráter profético e escatológico (Ferguson, 2009, p. 125–134). O segundo trata da Igreja primitiva, da formação do catecumenato, das primeiras liturgias (*Didakê, Tradição Apostólica*) e da hermenêutica patrística que consolidou a interpretação regeneracional do batismo (Jefford, 2012, p. 57–59; Hipólito de Roma, 1987, p. 33–39). O terceiro analisa as transformações medievais: a substituição gradual da imersão pela afusão e aspersão, a ritualização crescente, a teologia escolástica do sacramento (matéria, forma, intenção) e o papel do batismo na economia da salvação (Aquino, 1980, v. 5, p. 425–428; Fischer, 2004, p. 178–180). O quarto capítulo debruça-se sobre a Reforma, os movimentos restauracionistas e os grupos cristãos contemporâneos, distinguindo as três formas litúrgicas e as quatro matrizes teológicas, com especial atenção para a novidade pentecostal do batismo no Espírito (Macchia, 2006, p. 101–105; Mariano, 2005, p. 78–80). Ao final, as considerações finais sintetizam os desdobramentos do estudo e apontam seus limites e perspectivas para o diálogo ecumênico e inter-religioso.

2 RAÍZES E PARALELOS: RITOS AQUÁTICOS NO MEDITERRÂNEO ANTIGO, PURIFICAÇÕES JUDAICAS E O BATISMO DE JOÃO BATISTA

As culturas do Mediterrâneo antigo desenvolveram ritos de purificação por meio da água. Essas práticas — que incluíam banhos, aspersões e imersões — compartilhavam um princípio comum: preparar o fiel para o contato com o sagrado, purificando corpo e espírito em vista da participação em rituais, cerimônias e orações (Ferguson, 2009, p. 63–67).

Na Grécia Antiga, a religião helênica (Burkert, 1985, p. 23–41) considerava a purificação (*katharmos*) essencial para se aproximar dos deuses. Acreditava-se que o contato com o nascimento, a morte ou certos atos gerava uma poluição espiritual (*miasma*), que poderia atrair desgraças se não fosse removida. Entre os principais ritos destacavam-se os *khernips* (água lustral), realizados antes de praticamente qualquer ato devocional, consistindo em lavar as mãos e o rosto com água de nascente ou do mar – um ato simbólico para deixar o “profano” para trás. Os *perirrhanteria*, vasos de pedra ou mármore encontrados na entrada de santuários, permitiam que os fiéis mergulhassem as mãos na água antes de adentrarem o espaço sagrado. Além disso, em cidades como Atenas, realizava-se a purificação cívica anual com a expulsão simbólica de “bodes expiatórios” (*pharmakoi*) durante o festival das Targélias (Ferguson, 2009, p. 78–82).

Na religião do Antigo Egito, o rio Nilo possuía profundo significado sagrado, estando associado à fertilidade, à renovação da vida e aos ritos de purificação. O deus Osíris, divindade vinculada à morte, à ressurreição e à regeneração, era simbolicamente relacionado às águas do Nilo, cujo ciclo anual de cheias representava a vitória da vida sobre a morte e a restauração da ordem cósmica. Nesse contexto, a água do Nilo era compreendida como portadora de vida e instrumento de renovação espiritual. Acreditava-se que sua utilização em rituais possibilitava purificação, renascimento e até mesmo sustento aos mortos na vida além-túmulo. Por isso, as abluções desempenhavam papel central tanto nos cultos templários quanto nos ritos funerários, preparando sacerdotes e fiéis para o contato com o divino (Assmann, 2005, p. 56–74; Kavanagh, 1978, p. 31–33).

Na religião romana antiga, a água desempenhava importante função ritual de purificação, estando presente em cerimônias domésticas, cultos públicos e práticas funerárias. Influenciados pela tradição etrusca e helênica, os romanos realizavam abluções antes dos sacrifícios e utilizavam fontes, rios e águas consagradas como meios de restauração da pureza

religiosa (*puritas*). Tais ritos buscavam remover impurezas morais e cultuais, preparando o indivíduo para o contato adequado com os deuses e para a manutenção da *pax deorum*, isto é, da harmonia entre a comunidade humana e o mundo divino (Beard; North; Price, 1998, p. 44–52).

Diferentes das religiões cívicas tradicionais, os Cultos de Mistério prometiam salvação pessoal e um relacionamento mais íntimo com o divino através de rituais secretos de iniciação, geralmente iniciando com um banho purificador que simbolizava o abandono da vida antiga para ser “renascido”. No Culto de Ísis, o candidato era levado a um balneário público, purificado com água pelos sacerdotes diante da comunidade, ato pré-requisito para a iniciação posterior. No Culto de Mitra, conhecido pelos rituais em cavernas (*mitreus*), as iniciações incluíam banhos rituais de purificação, provações e um banquete sagrado (Macchia, 2006, p. 45–48).

Esses paralelos culturais não devem obscurecer a especificidade do contexto judaico. No judaísmo antigo, a submersão em água — o *mikveh* — era exigida para restaurar a pureza ritual após diversas impurezas (como contato com mortos, fluxos corporais, parto, etc.). Essas imersões eram repetidas, realizadas em água “viva” (corrente ou naturalmente acumulada) e exigiam a total cobertura do corpo (Ferguson, 2009, p. 87–91). Os prosélitos que se convertiam ao judaísmo também passavam por um batismo de purificação, além da circuncisão (para homens) e do sacrifício.

Os manuscritos do Mar Morto, vinculados à comunidade de Qumran, testemunham a prática de abluções diárias e reiteradas como requisito indispensável para a pureza litúrgica (Vermes, 2004, p. 112–115). Essas tradições contribuíram para o desenvolvimento da teologia das águas no Antigo Testamento: as águas do dilúvio simbolizam simultaneamente juízo e salvação (Gn 6–9); a travessia do Mar Vermelho marca o início da libertação do povo (Ex 14); e os ritos de purificação levíticos prefiguram a renovação interior e a purificação do coração anunciadas em Ez 36,25–27.

Os *mikva'ot* identificados em escavações arqueológicas — especialmente em Jerusalém — revelam notável semelhança arquitetônica e funcional com os tanques batismais (batistérios) das primeiras comunidades cristãs, evidenciando uma linha de continuidade ritual e simbólica que será reinterpretada e transformada pela prática batismal de João Batista (Kavanagh, 1978, p. 38–40).

João Batista surge no deserto da Judeia como figura de continuidade e ruptura em relação às tradições purificadoras judaicas. Diferentemente das imersões repetidas do *mikveh*, destinadas à manutenção da pureza ritual, João proclama um “batismo de arrependimento para remissão dos pecados” (Mc 1,4), realizado uma única vez nas águas correntes do rio Jordão. Seu rito transcende a mera purificação litúrgica, assumindo caráter escatológico e ético, ao convocar Israel à conversão interior e à preparação para a iminente manifestação do Reino de Deus (Ferguson, 2009, p. 125).

A liturgia joanina caracterizava-se pela simplicidade: confissão dos pecados, mergulho em águas correntes e exortação à justiça social (Lc 3,10–14). O rito era realizado pela imersão total, conforme sugere o verbo grego *baptizō* (“mergulhar”, “submergir”), porém revestido de profundo significado transformador: o mergulho simbolizava a morte para o pecado, enquanto o emergir das águas representava o início de uma nova vida (Ferguson, 2009, p. 134).

Sob perspectiva hermenêutica, o batismo de João constitui uma antecipação profética tanto do juízo — expresso na imagem do “batismo no fogo” — quanto da graça messiânica que se manifestaria em Jesus (Macchia, 2006, p. 67; Kavanagh, 1978, p. 43–45). Assim, as tradições de purificação aquática presentes no Mediterrâneo antigo e no judaísmo encontram em João Batista um decisivo ponto de inflexão: o rito deixa de ser uma prática repetitiva e vinculada ao espaço cultual — como o Templo judaico ou os santuários pagãos — para tornar-se um ato singular de arrependimento e conversão, orientado para a preparação escatológica da chegada do Reino de Deus.

A pesquisa contemporânea, especialmente os trabalhos de Joan E. Taylor, enfatiza que a escolha do rio Jordão por João Batista, em detrimento dos *mikva’ot* (tanques construídos), não era meramente pragmática, mas um gesto carregado de simbolismo profético que evocava a travessia do Êxodo e a purificação nacional em um ambiente natural e público (Taylor, 2018, p. 78–81).

Essa síntese entre continuidade ritual e novidade profética constitui o fundamento sobre o qual a Igreja primitiva edificará sua teologia batismal.

3 IGREJA PRIMITIVA: DO BATISMO DE ADULTOS À FORMAÇÃO DA INICIAÇÃO CRISTÃ

João Batista representou uma ponte entre as purificações rituais do judaísmo e o anúncio escatológico do Reino, enquanto a Igreja primitiva deu um passo decisivo ao

transformar o batismo no rito fundante da iniciação cristã. Diferente das imersões repetidas do *mikveh* ou do batismo único de João – ainda preparatório –, o batismo em nome de Jesus Cristo (e, posteriormente, na fórmula trinitária) passou a ser administrado como evento inaugural da vida cristã, inseparável da fé no Messias crucificado e ressuscitado (Dunn, 2006, p. 356–358).

O batismo cristão não deve ser visto apenas como limpeza individual, mas como sinal público de que o cristão agora pertence à “nova criação” inaugurada na cruz, funcionando como um rito de imigração para o Reino de Deus (Wright, 2016, p. 352–355).

No Novo Testamento, a prática do batismo mantém a submersão total como forma predominante. O episódio de Filipe e o eunuco etíope (Atos 8,36–39) descreve ambos descendo à água, o que implica imersão; Paulo, em Romanos 6,3–4, explicita o simbolismo teológico: “Fomos sepultados com ele pelo batismo na morte, para que, como Cristo ressuscitou dos mortos, assim também nós andemos em novidade de vida” (Ferguson, 2009, p. 178). A imersão reproduz o sepultamento e a ressurreição, tornando-se o significante visual da identificação do crente com o evento pascal. Essa compreensão é reforçada em Colossenses 2,12, onde o batismo é apresentado como “sepultamento com Cristo” e “ressurreição pela fé”. Diferentemente das purificações antigas que visavam pureza temporária, o batismo cristão neotestamentário é entendido como morte ritual para o pecado e nascimento para uma nova existência (Jeremias, 1963, p. 42–44).

A liturgia primitiva não se reduzia ao momento da imersão. Desenvolveu-se em torno do catecumenato – um período prolongado de ensino moral, doutrinário e disciplinar, que podia durar de um a três anos. O catecúmeno era instruído nos elementos fundamentais da fé: decálogo, Credo, Pai-Nosso e significado dos sacramentos. Esse período servia também como prova de conduta (Kavanagh, 1978, p. 52–55).

O documento litúrgico mais antigo, a *Didakê* (c. 90–100 d.C.), oferece uma janela para esse catecumenato. Prescreve o batismo em água viva, preferencialmente por imersão, mas admite a efusão (derramamento) três vezes sobre a cabeça em caso de escassez de água (Jefford, 2012, p. 57–59). Antes do batismo, candidato e ministro deviam jejuar; a profissão de fé trinitária era recitada. A *Didakê* já reflete a tensão entre o ideal da imersão e a economia da efusão.

Um salto qualitativo ocorre com a *Tradição Apostólica* de Hipólito de Roma (c. 215 d.C.). Este texto constitui a mais completa fonte litúrgica do período patrístico sobre o

batismo, revelando sua riqueza simbólica, disciplinar e teológica. Hipólito descreve uma celebração estruturada em diversas etapas, evidenciando o caráter iniciático do sacramento.

O processo iniciava-se com um rigoroso exame dos catecúmenos. A Igreja investigava a vida moral, social e profissional dos candidatos, excluindo aqueles cujas ocupações fossem incompatíveis com a ética cristã (prostitutas, atores, gladiadores, magistrados que aplicavam pena capital). Tal discernimento refletia que a adesão ao cristianismo exigia transformação efetiva do modo de vida.

Após essa etapa, os catecúmenos ingressavam em preparação espiritual intensiva, especialmente durante a Quaresma. Eram realizados exorcismos diários e imposições de mãos, como meios de libertação da influência demoníaca e purificação interior.

Na vigília pascal, ápice da iniciação cristã, os candidatos pronunciavam solenemente a renúncia a Satanás, recitando *Apotássomai soi, Satana* (“Renuncio a ti, Satanás”). Recebiam então a unção com o “óleo do exorcismo”, simbolizando fortalecimento espiritual.

O momento central era a imersão tríplice. O catecúmeno descia ao batistério e era imerso três vezes em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (Mateus 28,19). A tripla submersão expressava a fé trinitária e a participação na morte e ressurreição de Cristo.

Ao emergir, o neófito recebia nova unção com o “óleo de ação de graças”, selo do Espírito Santo e incorporação plena à comunidade. O rito concluía-se com imposição das mãos e oração do bispo, invocando a plenitude do Espírito – prática que posteriormente dará origem à distinção entre batismo e crisma/confirmação.

Na primeira comunhão, o neófito recebia a Eucaristia: primeiro o cálice de leite e mel (símbolo da Terra Prometida) e depois o pão e o vinho consagrados (Hipólito de Roma, 1987, p. 33–39; Kavanagh, 1978, p. 98–102).

Essa liturgia mostra que o batismo primitivo não era um ato isolado, mas o clímax de um processo de iniciação que envolvia ensino, exorcismo, unções, imersão e eucaristia. A dimensão comunitária era essencial: toda a igreja local acompanhava o ritual na vigília pascal.

Os Padres da Igreja desenvolveram uma rica teologia do batismo, base para desenvolvimentos medievais e reformados. Três imagens predominam:

- Regeneração (*palingenesia*): Justino Mártir (*I Apologia*, 61) compara o batismo ao nascimento, afirmando que os batizados se tornam “filhos de Deus”. Irineu de Lyon fala em “renascimento para Deus” (Ferguson, 2009, p. 356).

- Iluminação (*photismos*): Clemente de Alexandria e Orígenes chamam o batismo de “iluminação”, no qual o crente recebe o conhecimento de Deus e a graça que dissipa as trevas (Ferguson, 2009, p. 362).
- Selo (*sphragis*): Agostinho de Hipona retoma a ideia de que o batismo imprime caráter indelével, distinguindo o cristão do não-cristão – conceito dogmatizado na Idade Média (Ferguson, 2009, p. 368–370).

Essa hermenêutica atribuía ao batismo eficácia objetiva: não era apenas símbolo, mas meio de graça que lavava pecados, comunicava o Espírito e incorporava a Cristo.

Um dos desenvolvimentos mais significativos da Igreja primitiva foi a gradual inclusão de crianças no batismo.

Textos neotestamentários mencionam batismos de “casas inteiras” (Cornélio, Atos 10,48; Lídia, Atos 16,15; o carcereiro de Filipos, Atos 16,33), o que poderia ter incluído crianças. A primeira menção explícita vem de Irineu de Lyon (c. 180 d.C.): “Cristo veio salvar a todos por si mesmo – todos, digo, que por ele renascem para Deus: crianças, pequeninos, jovens e velhos” (Irineu de Lyon, 1995, p. 267).

Tertuliano, no início do século III, inicia o debate. Em *Do Batismo*, opõe-se ao batismo apressado de crianças: “Por que apressar a idade inocente ao perdão dos pecados? [...] Deixem que venham a Cristo, mas quando forem maiores” (Tertuliano, 1959, p. 112–115). Sua posição, porém, era minoritária e influenciada pelo montanismo. Oriente e Ocidente tendiam cada vez mais a batizar crianças por dois motivos: (a) o medo da morte sem batismo, dada a alta mortalidade infantil; (b) a doutrina do pecado original formulada por Agostinho – crianças não batizadas estariam sujeitas ao castigo eterno.

Desse modo, em ambiente de perseguição, o batismo passou a ser visto como proteção espiritual. Com o desenvolvimento da doutrina do pecado original, o batismo de recém-nascidos tornou-se a norma. Essa mudança foi uma adaptação pastoral à realidade de famílias cristãs que queriam proteger seus filhos (Jeremias, 1963, p. 54). No final do período patrístico, o batismo infantil já era prática majoritária tanto no Oriente (com imersão) quanto no Ocidente (com preferência pela afusão, devido ao clima).

Tabela 1: Evolução histórica do batismo (séculos I–V)

Período	Sujeito do batismo	Contexto predominante	Forma litúrgica	Hermenêutica
Apostólico (30-100 d.C.)	Adultos convertidos	Expansão missionária	Imersão em água corrente	Identificação com morte/ressurreição de Cristo
Patrístico (100-400 d.C.)	Adultos e crianças	Cristianização do Império	Imersão (Oriente) e afusão/aspersão (Ocidente)	Regeneração, iluminação, selo do Espírito
Antiguidade Tardia (400-500 d.C.)	Predomínio de batismos infantis	Cristianização maciça	Afusão (Ocidente) e imersão (Oriente)	Salvífica, pecado original

Fonte: elaboração do autor.

O percurso da Igreja primitiva revela uma evolução histórica significativa. O catecumenato, que exigia conversão consciente, perdeu sentido quando a maioria da população passou a ser batizada na infância. Como consequência, o batismo foi se deslocando de um evento de decisão pessoal para um rito de passagem familiar, preparando o terreno para a Idade Média, onde a aspersão e a afusão se consolidariam, e o significado simbólico da imersão passaria a segundo plano.

4 IDADE MÉDIA: SACRAMENTAÇÃO, ASPERSÃO E PODER INSTITUCIONAL

A passagem da imersão para a afusão (derramamento) e a aspersão (borrifo) constitui uma das transformações mais significativas na história do batismo ocidental. Os motivos são práticos e teológicos: o clima frio da Europa setentrional tornava a submersão completa arriscada à saúde; grandes piscinas batismais exigiam manutenção; a ênfase no pecado original acelerava o batismo neonatal, em pias pequenas dentro das igrejas (Kavanagh, 1978, p. 138–142).

A afusão — derramar água três vezes sobre a cabeça — tornou-se padrão no Ocidente latino por volta dos séculos XII–XIII. A aspersão foi reservada para batismos de emergência

ou coletivos em massa (Ferguson, 2009, p. 732–735). Essa transição não foi unânime: catedrais e mosteiros mantiveram batistérios com imersão, mas a prática comum das paróquias era a afusão.

Na Idade Média, a liturgia batismal tornou-se profundamente ritualizada e celebrada exclusivamente em latim. O rito, descrito no *Ordo Romanus*, incluía ritos preliminares na porta da igreja (insuflação, sal abençoado), exorcismos, bênção da água, renúncia a Satanás, unções, e o batismo por afusão ou aspersão com a fórmula trinitária: *Ego te baptizo in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti*. Após o batismo, seguiam-se unção pós-batismal (*crisma*), vestição com túnica branca, entrega da vela acesa e o rito do *Efrata* (Mc 7,34).

Todo esse cerimonial buscava transmitir visualmente a doutrina a uma população analfabeta. O uso exclusivo do latim reforçava o caráter misterioso do sacramento e o papel do clero como mediador da graça (Fischer, 2004, p. 178–180).

O significado teológico do batismo foi sistematizado pela escolástica (séculos XII–XIII) com Pedro Lombardo, Tomás de Aquino e Boaventura. Três princípios tornaram-se centrais na doutrina católica.

Primeiro, a necessidade do batismo para a salvação (*necessitas medii*): baseado em João 3,5, o sacramento era necessário a todos, favorecendo o batismo infantil imediato e admitindo administração por leigos em risco de morte (Aquino, 1980, p. 425). Segundo, o caráter indelével: o batismo imprime sinal espiritual permanente, não podendo ser repetido, mesmo em contextos cismáticos, desde que preservados os elementos essenciais. Terceiro, o princípio *ex opere operato*: a eficácia deriva da ação de Cristo, não da santidade do ministro.

Inspirados pela filosofia aristotélica, os escolásticos distinguiram matéria remota (água), matéria próxima (ablução por imersão, afusão ou aspersão) e forma sacramental (fórmula trinitária) (Aquino, 1980, p. 426–428). Embora a imersão preservasse melhor o simbolismo de Romanos 6, aspersão e afusão foram consideradas válidas.

A transição da imersão para ablução parcial refletiu mudança na “imaginação batismal”: a ênfase visual passou do sepultamento para a purificação e o renascimento (Jensen, 2012, p. 145–148).

A Idade Média consolidou o padrinho como figura litúrgica e jurídica. Originalmente testemunha da conduta do catecúmeno, a partir do século VIII, com o batismo infantil universal, o padrinho passou a responder pela criança. Regras rigorosas: padrinho batizado,

confirmado, maior de idade, não pai ou mãe; o parentesco espiritual impedia casamento (Fischer, 2004, p. 210–215). Outra mudança foi a clericalização do batismo.

A prática medieval consolidou a transição da imersão para a afusão, privilegiando a eficácia sacramental. Essa transformação refletiu uma compreensão teológica segundo a qual a graça era comunicada pelo rito legitimamente administrado pela Igreja. O batismo infantil (pedobatismo) tornou-se predominante; o indivíduo era inserido na comunidade cristã desde o nascimento (Taborda, 2001, p. 114).

Nos primeiros séculos da Idade Média, o batismo de adultos era presidido pelo bispo e o de crianças podia ser realizado por qualquer cristão. A partir da Alta Idade Média, a Igreja restringiu a administração ordinária aos sacerdotes, reservando ao bispo a crisma (*confirmatio*). O batismo por leigos só era admitido *in articulo mortis*. Essa medida centralizou o poder eclesiástico – ponto que a Reforma atacaria.

Enquanto o Ocidente adotava a afusão, o Oriente ortodoxo manteve a tripla imersão, considerada a única forma apostólica. Os ortodoxos rejeitaram a teologia agostiniana do pecado original, substituindo-a pelo “pecado ancestral” (transmissão da mortalidade, não da culpa). Crianças eram batizadas aos 40 dias. A divergência litúrgica entre imersão e afusão tornou-se um marcador do Grande Cisma de 1054: a Igreja Ortodoxa não reconhece batismos por aspersão ou afusão, rebatizando convertidos do Ocidente (Williams, 1994, p. 201).

Nem todos no Ocidente aceitaram a substituição. Pedro Abelardo lamentava a perda do simbolismo sepulcral. Cátaros e valdenses recusavam o batismo infantil e retornavam à imersão, criticando a afusão como inválida. Esses movimentos prefiguraram os anabatistas do século XVI, mas a Inquisição os suprimiu, e a Igreja consolidou a afusão como forma lícita.

O balanço do período medieval é ambivalente. A pastoral da urgência garantiu que a maioria da população ocidental fosse formalmente cristã – o que não ocorria no Oriente. Por outro lado, a perda do catecumenato diluiu a experiência de conversão. O batismo tornou-se um ritual automático, administrado a recém-nascidos sem educação religiosa posterior. A crescente ritualização evidencia a passagem de uma experiência comunitária iniciática para uma sacramentalidade clericalizada.

A liturgia em latim, repleta de gestos ininteligíveis, contribuiu para que o batismo fosse percebido como magia sacramental – eficaz independentemente da fé pessoal. A Reforma contestaria essa percepção. A passagem para o século XVI recolocaria questões: o batismo pode ser reduzido a gesto mecânico? Qual o lugar da fé pessoal? A aspersão e a

afusão são legítimas? O batismo de crianças é bíblico? As respostas definiriam as matrizes teológicas do período seguinte.

5 REFORMA, MOVIMENTOS RESTAURACIONISTAS E GRUPOS CRISTÃOS ATUAIS: DIVERSIDADE HERMENÊUTICA E LITÚRGICA

A ruptura da unidade cristã ocidental no século XVI e os movimentos restauracionistas criaram um caleidoscópio de práticas e doutrinas batismais que persiste até hoje.

Longe de ser meramente ritual, o batismo tornou-se um dos principais marcadores identitários das confissões, envolvendo disputas sobre o modo (imersão, afusão, aspersão), o sujeito (adulto crente ou criança) e a eficácia do rito (regenerador, selo da aliança, símbolo público ou experiência carismática).

Neste capítulo, examinam-se as três formas litúrgicas e as quatro matrizes teológicas que delas emergem, destacando divergências entre denominações contemporâneas e suas justificativas históricas.

Na contemporaneidade, o modo de batismo continua a dividir as confissões.

A imersão (submersão total) é defendida como a única forma que corresponde ao grego *baptizō* (mergulhar) e ao simbolismo paulino de sepultamento e ressurreição (Romanos 6,4; Colossenses 2,12). É praticada pelas Igrejas Ortodoxas, batistas, anabatistas e pentecostais clássicos (Ferguson, 2009, p. 856). Sua desvantagem é logística: requer piscinas, rios ou tanques.

A afusão (derramar água três vezes sobre a cabeça) tornou-se padrão na Igreja Católica, Luterana e Anglicana; surgiu na baixa Idade Média e mantém o simbolismo da purificação (Ezequiel 36,25), embora perca a conotação de mergulho (Kavanagh, 1978, p. 197).

A aspersão (borrifar água) é usada por algumas Igrejas Reformadas e em práticas memoriais de renovação das promessas batismais. Defensores apontam equivalência com *Rantizo* do Antigo Testamento na tradução grega da Septuaginta (Números 8,7; Ezequiel 36,25). Críticos afirmam que a aspersão dilui o simbolismo a ponto de torná-lo irreconhecível (Grudem, 1999, p. 968–970).

A Igreja Católica admite qualquer das três formas, desde que a água toque a pele e a fórmula trinitária seja pronunciada (Catecismo da Igreja Católica, 1997, n. 1239). O Oriente ortodoxo exige imersão tripla sem exceção (Williams, 1994, p. 203). Batistas e evangélicos

anabatistas rejeitam como inválida qualquer forma que não seja imersão, praticando o “rebatismo” de convertidos oriundos de tradições pedobatistas (Piper, 2006).

A diversidade de modos reflete distintas compreensões da essência do batismo, do sujeito legítimo e da relação com a salvação. Quatro matrizes podem ser identificadas.

A tradição sacramental-regenerativa (Católica, Ortodoxa, Luterana) entende o batismo como sacramento que realiza eficazmente o que significa. Para católicos e ortodoxos, o batismo confere graça santificante, apaga o pecado original e os pecados cometidos, incorpora a Cristo e à Igreja e imprime caráter indelével (Catecismo da Igreja Católica, 1997, n. 1262–1265). Adultos e crianças podem ser batizados, pois a graça independe da fé consciente – embora a Igreja exija que pais e padrinhos professem a fé em nome das crianças.

Os luteranos, embora mantenham que “o batismo salva” (1 Pedro 3,21), acrescentam que a fé pessoal é necessária para que seja frutuoso; se um batizado perde a fé, o batismo permanece como promessa reativável pelo arrependimento (Lutero, 1961, v. 1, p. 97–101). No Ocidente, a forma preferencial é a afusão; no Oriente, a imersão. O batismo é eficaz quando recebido pela fé, aproximando-se da perspectiva reformada sem abandonar a linguagem da regeneração (Dunn, 2006, p. 445).

A corrente protestante reformada (Presbiteriana, Congregacional, Reformada continental) entende o batismo como sinal e selo da aliança da graça. Sua hermenêutica baseia-se na continuidade das alianças: a circuncisão era o sinal da aliança abraâmica aplicada aos infantes (Gênesis 17,7–14); na nova aliança, o batismo substitui a circuncisão (Colossenses 2,11–12) – portanto, os filhos de crentes devem ser batizados (Calvino, 2008, p. 1081–1086). O batismo não regenera automaticamente, mas é meio de graça que confere ingresso na comunidade da aliança. A eficácia final está vinculada à eleição e à fé pessoal.

Calvino, nas *Institutas* (Livro IV, caps. 15–16), argumenta que o batismo infantil é consolo para os pais e confirmação de que os filhos pertencem a Deus (Calvino, 2008, p. 1093–1100). A forma preferida é aspersão ou afusão, pois o símbolo central é o “lavar” da água associado à purificação da alma (Brown, 1998, p. 432). Para os reformados, o batismo não opera a graça independentemente da fé; ele apenas sela a graça oferecida na eleição. Essa diferença gerou controvérsias entre luteranos e calvinistas que persistem. No Brasil, a teologia reformada do batismo infantil tem sido reinterpretada em contextos de sincretismo, onde o “selo da aliança” adquire função de proteção e identidade familiar (Dias, 2007, p. 42).

A perspectiva confessionista ou credobatista (batistas, anabatistas, igrejas evangélicas livres e pentecostais) rejeita o pedobatismo e sustenta que o batismo deve ser administrado apenas a pessoas capazes de professar conscientemente a fé, baseando-se na observação de que, no Novo Testamento, os batizados sempre ouviram a pregação, arrependeram-se e confessaram publicamente a fé (At 2,38; 8,36–38; 18,8). Em contraste, o pedobatismo (praticado por católicos, ortodoxos, luteranos e reformados) batiza crianças com base na continuidade da aliança (a circuncisão dos infantes) e na doutrina do pecado original, geralmente por afusão ou aspersão. A divergência não é meramente ritual, mas afeta a própria relação entre graça, fé e Igreja.

Nessa perspectiva, o batismo não é sacramento no sentido medieval, mas ordenança instituída por Cristo: ato de obediência posterior à conversão, testemunhando publicamente a união do crente com a morte e ressurreição de Cristo. Rejeita-se qualquer eficácia automática (*ex opere operato*) ou regeneradora (Grudem, 1999, p. 949–954).

A forma legítima é a imersão total, por razões lexicais (*baptizō* = imergir) e pelo simbolismo paulino de sepultamento e nova vida (Romanos 6,4). Batistas históricos (John Smyth, Thomas Helwys) e a Confissão de Fé de Londres (1689) enfatizaram o batismo como requisito para a participação plena na comunidade e na ceia do Senhor (Piper, 2006, p. 56–60). Essa tradição, de forte caráter restauracionista, busca recuperar a prática da Igreja primitiva. Sua principal divergência das tradições católica, ortodoxa e protestante magisterial é a rejeição do batismo infantil e a compreensão do batismo como símbolo de fé, não meio objetivo de graça (Williams, 1994, p. 198–202).

A quarta vertente é a perspectiva pentecostal, surgida no início do século XX com o Reavivamento da Rua Azusa (1906). O pentecostalismo preserva, em grande medida, a compreensão credobatista do batismo nas águas: igrejas como Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil e Igreja do Evangelho Quadrangular praticam o batismo de crentes por imersão, entendido como ordenança e testemunho público.

A principal novidade é a distinção entre batismo nas águas e “batismo no Espírito Santo”. O primeiro simboliza conversão e regeneração; o segundo é experiência subsequente de capacitação espiritual para o testemunho e os dons carismáticos, frequentemente acompanhada pelo falar em línguas (At 2,4; 10,44–46; 19,6) (Macchia, 2006, p. 101–105). Liturgicamente, o batismo no Espírito não envolve água, sendo atribuído diretamente a Cristo (Mc 1,8) e associado à oração e imposição de mãos.

O pentecostalismo estabelece distinção funcional entre conversão, batismo nas águas e capacitação carismática. Em setores neopentecostais, o batismo nas águas pode assumir conotações de libertação espiritual e “quebra de maldições” (Mariano, 2005, p. 78–80). No Brasil, o pentecostalismo frequentemente acrescenta uma dimensão de “batalha espiritual”, sendo comum que a imersão seja precedida por orações de libertação (Mariz, 1999, p. 33–48; Gomes, 2017, p. 1084–1085). No contexto de migração religiosa de católicos para pentecostais, a imersão representa uma “segunda conversão”, rompendo simbolicamente com o batismo infantil católico (Mendonça, 2008, p. 198).

Essa estrutura introduz tensões ecumênicas, sobretudo em torno da relação entre o batismo no Espírito e a afirmação paulina de “um só batismo” (Ef 4,5). Católicos carismáticos preferem falar em “renovação no Espírito” sem reconhecer um segundo batismo; tradições reformadas tendem a rejeitar a separação entre regeneração e capacitação; os pentecostais defendem sua posição com base em Atos (Macchia, 2006, p. 210–215). A principal divergência dessa matriz é a ampliação do conceito de batismo para além do rito aquático, incorporando uma experiência carismática como elemento central da vida cristã.

A liturgia batismal é o coração da identidade cristã, funcionando como “orientação” para o mundo; o rito não termina na fonte, mas estabelece um novo modo de habitar a criação e relacionar-se com o próximo, transformando a água em símbolo de renovação cósmica e ética (Lathrop, 2017, p. 52–56).

A tabela a seguir sintetiza como essas matrizes se encarnam nas principais denominações contemporâneas, evidenciando suas divergências centrais.

Tabela 2: Comparação das principais tradições cristãs quanto à doutrina e prática do batismo

Tradição	Matriz	Essência	Forma	Sujeito	Base Histórica
Católica Romana	Sacramental-regenerativa	Apaga o pecado original e graça	Afusão; imersão e aspersão	Adultos e crianças	Patrística, Idade Média e doutrina do pecado original
Ortodoxa	Sacramental-regenerativa	Mistério do perdão e incorporação a Cristo	Tripla imersão	Adultos e crianças	Fidelidade à tradição patrística

Luterana	Sacramental-regenerativa	Graça e salvação pela fé	Afusão, aspersão ou imersão	Adultos e crianças	Teologia da graça
Reformada	Pactual-reformada	Sinal e selo da aliança	Aspersão ou afusão	Adultos e filhos da aliança	Teologia do pacto
Batista	Confessionista (credobatista)	Ordenança simbólica de fé e obediência	Imersão exclusiva	Apenas crentes	Restauracionismo neotestamentário
Pentecostal clássico	Confessionista e carismática	Nas águas e no Espírito como poder	Imersão	Apenas crentes	Credobatismo e avivamento pentecostal

Legenda: Síntese das matrizes teológicas nas denominações cristãs contemporâneas e suas respectivas divergências sobre essência, forma, sujeito e base histórica do batismo. **Fonte:** elaboração do autor.

As divergências apontadas têm implicações práticas profundas. No diálogo ecumênico, o documento Batismo, Eucaristia e Ministério (Conselho Mundial de Igrejas, 1982, p. 5–8) alcançou consenso sobre a fórmula trinitária e o uso de água, mas deixou em aberto as questões do modo e do sujeito. Muitas igrejas reconhecem mutuamente seus batismos (católicos, ortodoxos, luteranos, reformados, anglicanos), mas batistas e pentecostais geralmente não reconhecem batismos infantis por aspersão, exigindo novo batismo por imersão dos convertidos. O batismo no Espírito, exclusivo do pentecostalismo, é considerado por outras tradições como experiência de santificação ou renovação, não como batismo propriamente dito. Essas diferenças mostram que o batismo continua a ser, como na Reforma, um “testemunho da divisão” e, paradoxalmente, um incentivo à busca da unidade (Macchia, 2006, p. 259).

Avanços ecumênicos significativos, como o reconhecimento mútuo do batismo entre a Igreja Católica e as Igrejas Luteranas, representam passos importantes na superação de divisões históricas. Contudo, tensões persistentes ainda marcam o cenário ecumênico contemporâneo, especialmente entre as igrejas de tradição batista e pentecostal, que não

reconhecem a validade dos batismos realizados por aspersão. Para essas comunidades, apenas a imersão total de crentes conscientes corresponde ao mandato neotestamentário, o que torna o reconhecimento recíproco do rito um ponto particularmente sensível.

Esse quadro evidencia que a diversidade litúrgica não é uma questão meramente cerimonial ou acadêmica, mas constitui um desafio pastoral concreto. Ele afeta diretamente a experiência de fiéis que transitam entre diferentes tradições eclesiais, bem como a capacidade das igrejas de testemunharem juntas o Evangelho em sociedades cada vez mais secularizadas e plurais. Assim, a superação das divergências batismais não exige necessariamente a uniformização dos ritos, mas a construção de um reconhecimento mútuo fundamentado na compreensão histórica e teológica da iniciação cristã, conforme proposto pelo diálogo ecumênico (Teixeira; Dias, 2008, p. 78–82).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica do batismo cristão, das práticas de purificação do judaísmo antigo às formas litúrgicas contemporâneas, evidencia que esta celebração nunca permaneceu estática. Suas transformações refletem mudanças na compreensão da graça, da salvação, da autoridade eclesial e da identidade comunitária. O batismo assumiu significados diversos conforme os contextos: purificação, participação na morte e ressurreição de Cristo, sacramento regenerador, sinal da aliança, profissão pública de fé e experiência carismática vinculada ao Espírito Santo.

A Idade Média consolidou a sacramentalização do batismo e a difusão do pedobatismo, influenciada pela doutrina do pecado original, pela cristianização da sociedade e por necessidades pastorais. A escolástica sistematizou conceitos como *ex opere operato*, caráter indelével e necessidade sacramental para a salvação. Tais formulações garantiram estabilidade doutrinária, mas favoreceram uma compreensão mais institucional e menos experiencial do rito.

A Reforma Protestante reinterpretou o batismo a partir da Escritura e da relação entre fé e graça. Luteranos e reformados mantiveram o batismo infantil sob fundamentos distintos; batistas e anabatistas defenderam o credobatismo e o retorno à imersão como expressão consciente da fé. O pentecostalismo acrescentou a distinção entre batismo nas águas e batismo no Espírito, recolocando a experiência carismática no centro da vivência cristã.

O batismo permanece um dos temas mais sensíveis do diálogo ecumênico, especialmente quanto ao sujeito, ao modo e à eficácia do rito. Há consenso significativo em torno da fórmula trinitária e do uso da água, mas a permanência das diferenças revela distintas hermenêuticas da relação entre fé, Igreja e salvação.

Evidencia-se uma diferença de natureza entre as matrizes. As denominações confessionais — batistas, anabatistas, igrejas evangélicas livres e pentecostais — consideram o batismo em uma teologia denominacional com identidade própria, mais vinculada a tradições eclesiais particulares do que a uma abordagem estritamente teológica ou bíblica. Nestes grupos, a exigência da imersão exclusiva e a rejeição do pedobatismo são inegociáveis, e o batismo transforma-se em "ferramenta de distinção", onde a validade do rito legitima a pertença exclusiva a uma determinada comunidade.

Diferentemente das matrizes sacramental-regenerativa (católica, ortodoxa, luterana) e pactual-reformada (presbiteriana, reformada continental), que ancoram sua compreensão em longas tradições hermenêuticas — patrística, escolástica ou teologia da aliança —, a perspectiva confessionista constrói sua identidade batismal em torno do credobatismo e da imersão exclusiva como elementos não negociáveis de seu *ethos* eclesial, projetando um marcador de fronteira sociológica. Enquanto as primeiras buscam fundamentar o batismo em uma teologia abrangente da graça ou do pacto, a abordagem denominacional tende a transformar o rito em traço de identidade eclesiástica, acentuando divisões práticas — como a recusa em reconhecer batismos realizados por outras formas — e tornando o batismo, paradoxalmente, um elemento de distinção em vez de convergência ecumênica.

A conclusão do estudo aponta que a verdadeira convergência não reside na uniformização das formas (imersão vs. afusão), mas na recuperação do batismo como "vínculo de unidade" que incorpora o fiel no corpo de Cristo, para além das barreiras institucionais.

Diante dos desafios atuais — secularização, diálogo ecumênico e reaproximação com as raízes judaicas do *mikveh* —, o batismo continua sendo espaço privilegiado de memória, identidade e renovação espiritual. O recente resgate da imersão demonstra a busca por recuperar a força simbólica do sepultamento e da ressurreição. A história do batismo revela a permanente tensão entre Escritura, tradição e contexto histórico. Cabe à teologia contemporânea discernir formas de celebrar o rito que permaneçam fiéis ao núcleo trinitário da fé e sejam significativas para os homens e mulheres de nosso tempo.

A diversidade de práticas não deve ser vista apenas como registro histórico, mas como convite à convergência pastoral, conforme proposto pelo Documento de Lima (CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS, 1982, p. 12). Ao estabelecer que o batismo é o vínculo de unidade que incorpora todos os crentes em Cristo, independentemente do modo de administração, o documento reforça a aplicabilidade prática deste estudo: a compreensão das raízes e matrizes teológicas é essencial para que as comunidades superem exclusivismos e avancem no reconhecimento mútuo da iniciação cristã. Assim, a riqueza simbólica do batismo, quando bem fundamentada historicamente, deixa de ser um ponto de divisão para tornar-se ferramenta de diálogo ecumênico e acolhimento pastoral.

A originalidade desta pesquisa reside na constatação de que a diversidade litúrgica contemporânea é fruto de adaptações hermenêuticas condicionadas por contextos sociopolíticos, não apenas por rupturas doutrinárias. O desafio é desarmar o batismo como 'arma apologética' denominacional, transformando-o de 'testemunho da divisão' em porta de entrada para uma identidade cristã universal.

Este estudo não esgota o tema, mas oferece um panorama histórico-teológico capaz de situar as diferentes tradições em seus contextos. A abordagem diacrônica evidenciou que muitas transformações litúrgicas e doutrinárias resultaram não apenas de debates teológicos, mas também de fatores sociais, culturais e pastorais. Nesse sentido, a diversidade batismal contemporânea não deve ser compreendida como sinal de fragmentação, mas como expressão da pluralidade hermenêutica do cristianismo histórico.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 1980. v. 5.
- ASSMANN, Jan. *Death and Salvation in Ancient Egypt*. Translated by David Lorton. Ithaca: Cornell University Press, 2005.
- BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. *Religions of Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 44-52
- BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada (1959, 1993). 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2020.
- BROWN, Harold O. J. *Heresias: as raízes bíblicas, teológicas e históricas*. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.
- BURKERT, Walter. *Greek Religion*. Tradução de John Raffan. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985

- CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2008.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- CONFISSÃO DE FÉ DE LONDRES: com textos bíblicos. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2019, p. 315.
- CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. *Batismo, Eucaristia e Ministério (Documento de Lima)*. Genebra: CMI, 1982.
- DIAS, Zwinglio Mota. *A reinvenção do protestantismo reformado no Brasil*. São Bernardo do Campo: Editeo, 2007.
- DUNN, James D. G. *A Teologia do Apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulus, 2006.
- FERGUSON, Everett. *Baptism in the Early Church: History, Theology, and Liturgy in the First Five Centuries*. Grand Rapids: Eerdmans, 2009.
- FISCHER, Balthasar. *A liturgia do batismo na Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GOMES, Matheus Souza. A “guerra espiritual” no Brasil: apropriações do imaginário religioso no pentecostalismo brasileiro. *Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 1084-1085, 2017.
- GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- HIPÓLITO DE ROMA. *A Tradição Apostólica*. São Paulo: Paulus, 1987.
- IRINEU DE LYON. *Contra as Heresias*. São Paulo: Paulus, 1995.
- JEFFORD, Clayton N. *A Didakê: texto, tradução e comentário*. São Paulo: Paulus, 2012.
- JENSEN, Robin M. *Baptismal Imagery in Early Christianity: Ritual, Visual, and Theological Dimensions*. Grand Rapids: Baker Academic, 2012.
- JEREMIAS, Joachim. *O Batismo de Crianças no Novo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal, 1963.
- KAVANAGH, Aidan. *The Shape of Baptism: The Rite of Christian Initiation*. New York: Pueblo, 1978.
- LATHROP, Gordon W. *The Baptismal Liturgy: A Guide*. Minneapolis: Fortress Press, 2017.
- LUTERO, Martinho. O Batismo. In: LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal, 1961. v. 1.
- MACCHIA, Frank D. *Baptized in the Spirit: A Global Pentecostal Theology*. Grand Rapids: Zondervan, 2006.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo: sociologia das novas formas de religião no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2005.

MARIZ, Cecília Loreto. A teologia da batalha espiritual: uma revisão da bibliografia. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 33-48, 1999.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008. p. 372.

PIPER, John. *Believer's Baptism: Sign of the New Covenant in Christ*. Nashville: B&H Publishing, 2006.

TABORDA, Francisco. *Sacramentos Cristãos: pontos de vista teológico-pastorais*. São Paulo: Loyola, 2001.

TAYLOR, Joan E. *The Immerser: John the Baptist within Second Temple Judaism*. Grand Rapids: Eerdmans, 2018

TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Mota. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso*. Aparecida: Editora Santuário, 2008. 108 p.

TERTULIANO. Do Batismo. In: TERTULIANO. *Tratados*. Madrid: BAC, 1959.

VERMES, Géza. *Os Manuscritos do Mar Morto*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WILLIAMS, George H. *A Reforma Radical*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

WRIGHT, N. T. *The Day the Revolution Began: Reconsidering the Meaning of Jesus's Crucifixion*. New York: HarperOne, 2016.